



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre a execução das políticas destinadas à população em situação de rua.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE LUIZ HENRIQUE MANDETTA**, pedido de informações sobre as seguintes questões:

- 1) Quantos consultórios de rua existem atualmente? Quantos são financiados pelo Ministério e em quais municípios? Qual a evolução do número de consultórios de rua financiados pelo Ministério nos últimos três anos?
- 2) Quantas pessoas em situação de rua são atendidas pelos consultórios de rua anualmente? Quais os principais problemas de saúde detectados? Quais encaminhamentos são dados após este atendimento? Qual a evolução do número de atendimentos realizados nos últimos cinco anos?
- 3) O Ministério lançou algum plano, estabeleceu alguma orientação ou diretriz para o atendimento à população em situação de rua para o período de baixas temperaturas?
- 4) O Ministério financia algum programa para o atendimento da população em situação de rua para o tratamento da dependência do uso de álcool e outras drogas? Onde se dá esse atendimento?

Quais são as entidades com quem o Ministério firma parcerias para a oferta desse tipo de serviço? Quantas pessoas foram atendidas nos últimos três anos?

- 5) Quais foram as entidades certificadas pelo Ministério como Entidades Benéficas de Assistência Social pelo Ministério nos últimos três anos? Quais dessas entidades prestam serviços de atendimento à população situação de rua?
- 6) Qual a evolução da execução orçamentária das políticas do Ministério destinadas à população em situação de rua nos últimos cinco anos e em cada programa?

JUSTIFICATIVA

A população em situação de rua vem crescendo em todo o país, sobretudo nas regiões metropolitanas, em razão de uma política econômica desastrosa, cuja principal consequência é o aumento da recessão e do desemprego em todo o país.

Em todas as grandes cidades, cada vez mais famílias são obrigadas a deixar suas casas para residirem debaixo de pontes e viadutos ou mesmo em praças públicas, sem acesso à alimentação, higiene, saúde e sujeitos a toda a sorte de violência.

A decadência da nossa economia não apenas aumenta a vulnerabilidade da população mais pobre, como também reduz a capacidade de investimento do Estado em políticas sociais.

A falta de sensibilidade histórica de nossos governantes faz com que os recursos destinados às políticas voltadas para a população em situação de rua sejam os primeiros a serem contingenciados e cortados.

A situação torna-se ainda mais dramática quando chega o período de baixas temperaturas na maior parte do país, época em que muitas dessas pessoas terminam morrendo pela falta de abrigo, pela falta de alimentação ou mesmo pela falta de um simples cobertor.

Diante desse contexto tão sombrio, impossível ignorar um dos fundamentos centrais da nossa República, o da dignidade da pessoa humana. É dever do Poder Executivo destinar recursos para políticas que atendam pessoas em tamanha situação de vulnerabilidade.

Por essa razão, precisamos compreender como o atual governo está lidando com essa questão, quais são as políticas que estão sendo financiadas, qual o seu alcance e quem são os parceiros que o Ministério elegeu para financiar e, assim, concretizar o atendimento dessa população.

São essas as razões que nos levam a solicitar as informações acima listadas.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP